



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 6/2018

**-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E UM DE MARÇO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----**

-----Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Drª. Emília Maria Almeida Santos Neves Matos.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

**I.-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

-----O Senhor Presidente informou que foi publicado no Diário da República:-----

-----Lei nº. 13/2018, de 9 de março – Estabelece medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais ocorridos em Portugal continental entre 17 e 24 de junho e 15 e 16 de 2017, procedendo à primeira alteração de Lei nº.108/2017, de 23 de novembro.-----

-----Deu também conhecimento que:-----

-----De 5 a 9 de março decorreu a “Semana das Profissões”, uma organização do Projeto Municipal “Da Escola, Agarra a Vida” no âmbito do Programa de Orientação Escolar e Profissional. A “Semana das Profissões” tem como destinatários os alunos do 3º Ciclo e Secundário que estão inscritos naquele projeto, que tem como parceiros o Agrupamento de Escolas e a Adices.-----

-----Aquela ação iniciou-se com a atividade “Painel de Profissionais”, realizando-se ao longo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da semana Mesas Redondas de divulgação dos Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Profissionais, Visitas de Conhecimento a empresas da região, para os alunos do 8º e 9º ano, além de dois Workshops para desenvolvimento de competências na Procura Ativa de Emprego, para os alunos do 11º e 12º ano.-----

-----Realizou-se no passado dia 6, no Ninho de Empresas de Mortágua, uma Sessão de Esclarecimento para divulgar dois sistemas de incentivos criados pelo Governo para os territórios que foram afetados pelos incêndios de 2017, nomeadamente de 15 de outubro. Tratam-se do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E- ATRAIR) e o Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas (REPOR). A sessão foi promovida pela Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Agueira (ACIBA) e Câmara Municipal de Mortágua, com a colaboração da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).-----

-----A Biblioteca Municipal de Mortágua celebrou 14 anos ao serviço da comunidade, promovendo a leitura e o livro, a informação e o conhecimento, a cultura e o lazer. A comemoração teve o seu ponto alto no passado dia 2 de março, com o espetáculo poético-musical “20 Dizer”, uma produção do Trigo Limpo Teatro Acert.-----

-----Decorreu de 5 a 9 de março a Semana da Leitura em Mortágua, uma iniciativa promovida pelo Plano Nacional da Leitura, com o objetivo de celebrar a leitura, a importância do ato de ler e escrever como objeto de prazer, criação e liberdade. A iniciativa pretende envolver as escolas, as bibliotecas, os municípios, a comunidade em geral, em torno do incentivo à leitura. Decorreu no passado dia 19, na Biblioteca Municipal, a festa de apresentação das “Histórias da Ajudaris’2017”, que contou com a presença de crianças, jovens e adultos. Uma das atividades desenvolvidas pelo projeto Ajudaris é o concurso “Histórias de Encantar”, que se concretiza na edição de livros escritos por crianças e jovens, escolas, com fins solidários. A 9ª edição do concurso “Histórias da Ajudaris” obedeceu ao tema a “Família”.-----

### **II.-PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

#### **1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----**

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

reunião ordinária realizada a 07/03/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

### **2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:**-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas no Vereador.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria nº. 54, referente ao dia 20/03/2018 e depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.-EXPEDIENTE:**-----

#### **4.1.-DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO CENTRO:**-----

-----Foi presente o ofício referência 598, de 07/03/2018, da Direção Regional da Cultura do Centro, através do qual comunica que por despacho do Sr. Subdiretor da Direção Geral do Património Cultural de 05/03/2018, foi emitido parecer Favorável sobre o processo nº. DRC/2018/06-03/43/PATA/9953 (C.S:169753), referente ao Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos para trabalhos do descritor património no EIA para a reabilitação do IP3 (PK43+000-PK70+600) entre Souselas e Oliveira do Mondego, Coimbra, Mortágua e Penacova.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:**-----

#### **5.1.-EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR 2017/2018/ANEXO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o anexo ao Acordo de Cooperação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar celebrado com a Direção – Geral dos Estabelecimentos Escolares–Direção de Serviços da Região, Instituto de Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Viseu e o Município de Mortágua, para o ano letivo de 2017/2018, e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que irá comparticipar o desenvolvimento dos serviços de apoio à família (fornecimento de refeição e prolongamento de horário) às 132 crianças que frequentem a Rede Pública da Educação Pré-Escolar.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **5.2.-SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:-----**

#### **5.2.1.-Requerimento de Comparticipação de Manuais Escolares apresentado fora de prazo:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para efeitos de apreciação e deliberação o requerimento apresentado nos serviços, em 15/03/2018, por Clara Pantoja da Silva, a requerer a comparticipação de trinta e sete euros e setenta e três cêntimos (37,73 €) das fichas de atividades e de material escolar relativa à sua filha Sayuri Pantoja de Lima que se encontra a frequentar o 2º. Ano do 1º. CEB no Centro Educativo.-----

-----A técnica dos serviços sociais justifica o facto do requerimento ter entrado nos serviços fora do prazo fixado na reunião de Câmara de 16/08/2017 com a seguinte informação: *"A criança ingressou no dia 5 de março no centro educativo, pelo que é do meu entendimento que se trata de uma situação excecional a qual proponho o deferimento"*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade deferir o pedido.-----

### **5.3.-JUVENTUDE:-----**

#### **5.3.1.-Apoio Natalidade e Famílias:-----**

##### **5.3.1.-Ratificação dos Processos nº.9/2018:-----**

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foi presente o processo de candidatura nº. 9/2018 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Famílias no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Famílias no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

##### **5.3.2.-Bolsas de Estudo de 2017/2018:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica de Ação Social de análise processual efetuada, nos termos da deliberação de 7 de Março do corrente ano, dos vinte e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nove (29) processos entrados que reúnem as condições de admissão ao concurso e depois de analisados, e que se dá aqui por integralmente reproduzida, verificando-se que: -----

-----1.-Treze (13) processos não integram, nos termos do nº 4 do conjunto de Regras Técnicas, a condição de estudante economicamente carenciado, em virtude da sua capitação mensal ser superior a quatrocentos e vinte e oito euros e noventa centimos (428,90€). Destes, três (3) processo são colocados à consideração a atribuição de bolsa.-----

-----2.-Treze (13) processos integram a condição de estudante economicamente carenciado, nos termos do nº 4 das Regras Técnicas para apreciação processual, em virtude do seu rendimento per capita ser inferior a quatrocentos e vinte e oito euros e noventa centimos (428,90€).-----

-----Assim, e em conformidade com referida informação da Técnica de Ação Social, pelo Senhor Presidente foi proposto:-----

-----1.- Atribuição de uma bolsa de sessenta euros (60,00 €)/mês à aluna: - Processo nº 7- Maria Madalena Cardoso Sousa.-----

-----2.- Atribuição de uma bolsa de oitenta euros (80,00 €)/mês à aluna: - Processo nº 24 - Daniela Margarida Rodrigues da Silva.-----

-----3.- Atribuição de uma bolsa de cento e vinte euros (120,00 €)/mês, aos alunos: - Processo nº 10 - Lúcia Filipe Mateus; - Processo nº 16 - Rute Sofia Gonçalves Sousa; - Processo nº 21- Ana Beatriz Lourenço Paredes.-----

-----4.- Atribuição de uma bolsa de cento e quarenta euros (140,00 €)/mês, aos alunos: - Processo nº 6 -Carolina Fraga Martins Mateus de Matos ; - Processo nº 9 - Ângela Cordeiro Martins; - Processo nº 12 - Gabriela Alexandra da Costa Pereira; - Processo nº 29 - Mónica Alexandra Martins Oliveira.-----

-----5.- Atribuição de uma bolsa de cento e sessenta euros (160,00 €)/mês, aos alunos: Processo nº 19 - Gabriel Gonçalves Cordeiro; - Processo nº 27 - Bruno Alexandre Valente da Silva Costa.-----

-----6.- Atribuição de uma bolsa de duzentos euros (200,00 €)/mês, aos alunos: Processo nº 17 - Diogo Porto Cruz; - Processo nº 26 - João Bernardo Matos Torres.-----

-----7. - A atribuição da bolsa de estudo a outras situações, conforme parecer da Técnica de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Ação Social: - Processo nº 2 - Filipe Marques da Cruz – no valor mensal de cento e quarenta euros (140,00 €); - Processo nº 22 - Thomas da Silva – valor mensal de cento e oitenta euros (180,00 €); - Processo nº 14 - Daniela Alexandra Martins da Silva Pereira – valor mensal de duzentos euros (200,00€).-----

-----8.- A Análise posterior de outras situações que aguardam elementos para instrução do processo: - Processo nº 18 – Luís Daniel Macedo Matos; - Processo nº 28 – Patrícia Rodrigues Gomes; - Processo nº. 30, Mónica Taveira.-----

-----9.- Que não seja atribuída bolsa de estudo, pelos motivos constantes no ponto 1.1. da referida informação, aos titulares dos processos: Processo nº 1 - Raquel Alexandra Varela; Processo nº 3 - Ruben Edgar Gomes Martins; Processo nº 4 - Francisco Xavier Gomes Martins; Processo nº 5 - Adriana Henriques Matos; Processo nº 8 - Mariana Gomes Ferreira; Processo nº 11 - Daniela Filipa Pereira Martins; Processo nº 13 - Mariana Filipa Simões Gomes; Processo nº 15 - Luís Filipe Martins de Oliveira; Processo nº 20 - Lara Alexandra Simões Lima.-----

-----Mais é proposto de acordo com a citada informação que considerando que esta Câmara fixou como montante global máximo de vinte mil euros (20.000,00 €) para atribuição de bolsas de estudo, podendo ser alterado em função das candidaturas apresentadas. (nº 1 do Edital nº 36/2017 de 7 de novembro de 2017), e atendendo que estão propostas a atribuição de dezasseis (16) bolsas (13+3), que perfazem o montante global de vinte e três mil euros (23.000,00 €), não estando ainda concluída a análise de três (3) processos:-----

-----Uma (1) no valor de sessenta euros (60,00€/mês e durante dez meses, o que perfaz o montante total de seiscentos euros (600,00€);-----

---Uma (1) no valor de oitenta euros (80,00€/mês e durante dez meses, o que perfaz o montante total de oitocentos euros (800,00€);-----

-----Três (3) no valor de cento e vinte euros (120,00€/mês e durante dez meses, cada, o que perfaz o montante de três mil e seiscentos euros (3.600,00€);-----

-----Cinco (5) no valor de cento e quarenta euros (140,00€/mês e durante dez meses, cada, o que perfaz o montante de sete mil euros (7.000,00€); -----

-----Duas ( 2) no valor de cento e sessenta euros (160,00€/mês e durante dez meses, cada, o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que perfaz o montante de três mil e seiscentos euros (3.600,00€).-----

-----Uma (1) no valor de cento e oitenta euros (180,00€/mês e durante dez meses, o que perfaz o montante de mil e oitocentos euros (.800,00€).-----

-----Três (3) no valor de duzentos euros (200,00€/mês e durante dez meses, cada, o que perfaz o montante de seis mil euros (6000,00€).-----

-----Que deste modo o valor de global de vinte mil euros (20.000,00 €) para atribuição de bolsas de estudo seja alterado para trinta mil euros (30.000,00 €) .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a atribuição das bolsas propostas, bem como a alteração do valor global das mesmas.-----

-----Mais deliberou notificar em sede de audiência prévia os candidatos excluídos e sem bolsa atribuída para no prazo de dez (10) dias se pronunciarem sobre o projeto de decisão.-----

### **6.- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----**

#### **6.1- ASSOCIATIVISMO:-----**

##### **6.1.1.-Atividades das Associações Culturais Desportivas e Recreativas :-----**

##### **6.1.1.1.-MAE – Movimento Arte Experiência Associação Cultural e Artística – Apoio Financeiro e Logística para Programação Cultural :-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Email do Movimento Arte Experiência Cultural e Artística, através do qual informa que é uma associação, sem fins lucrativos, constituída por escritura pública em 12/06/2017, com o NIF 514 349 999, com sede na Rua Dr. António José Branquinho da Fonseca, nº.8, Mortágua, e que tem por objetivo o desenvolvimento de projetos artísticos e culturais que visam a criação de novas dinâmicas sociais bem como a reflexão sobre temas atuais da sociedade.-----

-----Tem vindo a realizar os seus projetos entre Lisboa e Mortágua, participou nas iniciativas do Manifest'Arte e 2017, lançamento de livros, participação da Expo'Mortágua'16 e na Feira das Associações 2017, bem como dinamizou entre janeiro e abril de 2017 num projeto teatral e intergeracional entre os alunos da academia Saber Mais e o Agrupamento de Escolas de Mortágua.-----

-----Pretendem continuar a desenvolver projetos anuais junto da comunidade do nosso



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Concelho, este ano dedicado ao tema da Diferença e apresentando uma programação intitulado Ao Espelho, Somos todos Diferentes.-----

-----Assim, enquanto projeto associativo recente sem meios financeiros para suportar as suas atividades solicita o apoio financeiro da Câmara Municipal para a concretização da proposta que anexa e cujo orçamento ascende a quatro mil e novecentos euros (4.900,00 €), bem como o apoio logístico através da cedência do Espaço do Centro de Animação Cultural, e um sala na Biblioteca Municipal de modo a apresentarem as suas atividades, assim como apoio na divulgação da sua programação.-----

-----Considerando que o pedido da Associação está instruído de acordo com o artigo 6º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras e se enquadra na alínea b), do artigo 3º. do mesmo, o Senhor Presidente propôs a atribuição do subsídio no montante de dois mil e quinhentos euros (2.500,00 €).-----

-----Existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5043 “Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes). -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de dois mil e quinhentos euros (2.500,00 €), mediante a celebração de Protocolo previsto Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

### **6.2.-APOIO INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS:-----**

#### **6.2.1.-Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vale de Remigio – Apoio obras de conservação e Restauro do Património Integrado – 2ª. Fase da Igreja de Vale de Remigio:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal o pedido de apoio financeiro para investimento (execução de obras) remetido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vale de Remigio, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Está em causa um pedido de apoio financeiro para os trabalhos adicionais da 2ª. fase da obra de Conservação e Restauro do Património Integrado da Igreja Paroquial da Freguesia de Vale de Remígio, nomeadamente na frente da igreja e torre, e cujo orçamento ascende ao montante de três mil e oitocentos euros (3.800,00€).-----

-----Trata-se de património de cariz religioso de grande valor para o Concelho, tendo sido construída com o esforço das gentes da extinta Freguesia de Vale de Remígio, que empenharam muito o seu tempo e dedicação na edificação deste projeto considerando como uma mais valia para toda a comunidade.-----

-----Toda a envolvimento da população da extinta Freguesia de Vale de Remígio pauta-se por atuação para a orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza religiosa, mas também cultural, contribuindo, assim para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Este investimento reveste um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimento local.---

-----Assim, nos termos do disposto do artigo 8º. do Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras, proponho a atribuição do seguinte subsídio de apoio financeiro às obras de restauro e melhoramentos da Igreja Paroquial da Igreja de Vale de Remígio no montante de 3.800,00€".-----

----..A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta de atribuição de subsídio proposto pelo Senhor Presidente, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 2º. do Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, programa 004 Apoio Instituições Religiosas, no projeto 2018/44.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **7.-SAÚDE:**

#### **7.1.-REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE MORTÁGUA – Candidatura ao Programa Operacional Regional CENTRO 2020:**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência UO4 – IEP 273/2018, de 14/03/2018, do Programa Operacional Centro 2020, através do qual notifica o Município da decisão de aprovação da candidatura Nº. CENTRO – 4842-FEDER-000044, da operação “Requalificação do Centro de Saúde de Mortágua”, com a seguinte programação temporal e financeira:-----

-----Investimento Total: cento e cinco mil setecentos e seis euros e oito centimos (105.706,08€);-----

-----Investimento elegível – cento e cinco mil setecentos e seis euros e oito centimos (105.706,08€);-----

-----Investimento elegível não participado – zero euros (0,0 €).-----

-----Comparticipação FEDER – oitenta e nove mil oitocentos e cinquenta euros e dezassete centimos ( 89.850,17 €), com taxa de participação de oitenta e cinco por cento (85%).-----

-----De acordo com as disposições articuladas dos números 1 e 2 do artigo 21º. do Decreto – Lei nº. 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante devolução do Termo de Aceitação (acompanhados dos Anexos Decisão de Aprovação da Candidatura e Análise Técnica e Financeira e Quadros de Execução Física e Financeira) devidamente assinados e autenticados por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de trinta (30) dias a conta da data da notificação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade mandar o senhor Presidente da Câmara Municipal, a assinar o sobredito Termo de Aceitação (acompanhados dos Anexos Decisão de Aprovação da Candidatura e Análise Técnica e Financeira e Quadros de Execução Física e Financeira).-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----**

#### **8.1.-URBANIZAÇÃO:-----**

##### **8.1.1.-Empreitada de Reposição e Beneficiação de Pavimentos em Arruamentos de Diversas Povoações – Proposta de Execução de Trabalhos Complementares:-----**

-----Foi retirado da Ordem de Trabalhos da presente Reunião.-----

### **9.-PROTEÇÃO CIVIL:-----**

#### **9.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----**

##### **9.1.1.-Constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta:-----**

-----O Senhor Presidente informou que, de acordo com a deliberação tomada na reunião de Câmara de 6/12/2017, foram indicados os representantes das entidades, que conforme o disposto no n.º 1, do artigo 3.º D, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, que integram a composição Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, passando assim a ser constituída pelos seguintes membros no atual mandato:-----

-----O Presidente da Câmara Municipal ou seu representante, que preside;-----

-----Um Presidente de Junta de Freguesia que representante das freguesias do concelho, designado pela assembleia municipal – Presidente da Junta de Freguesia de Espinho, José António dos Santos e Silva;-----

-----Um representante do ICNF, I. P. - Eng.º José Carvalho Rodrigues;-----

-----Comandante Operacional Municipal - Eng.º Luis Filipe Martins Rodrigues;-----

-----Um representante da GNR – Comandante do Posto Territorial de Mortágua;-----

-----Um representante das organizações de produtores florestais/Associação de Produtores Florestais de Mortágua- Eng.º João Pedro Fialho Silva;-----

-----Representantes da IP, S. A.: - Ferrovia: Eng.º António Vasconcelos (Efetivo); Espec. Samuel Alexandre (Substituto);- Rodovia: Eng.º Carlos Rocha (Efetivo); Eng.º Luis Oliveira (Substituto);-----

-----Representante do IMT, I. P.- Eng.º Henrique Araújo, Delegado Distrital de Viseu;-----

-----Dois representantes dos concessionários da distribuição e transporte de energia elétrica:-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

REN: Pedro Miguel Vilas Boas Marques; - EDP: Casimiro Piedade Pedro;-----

-----Outras entidades e personalidades a convite do Presidente da Comissão – David Prata;  
Central Termoelétrica; Indumadeira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **9.1.2.-Candidaturas ao PDR 2020 – Medida 8.1.4 Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos:-----**

-----Foram presentes dois e-mails, datados de 1/03/2018, da Autoridade de Gestão do PDR 2020 a comunicar a decisão de aprovação da:-----

-----Candidatura nº. PDR 2020 – 814.044025 Estabilização de Emergência Pós-Incêndio (Espinho), apresentada à Medida 8.1.4 Restabelecimento da Floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos.-----

-----Candidatura nº. PDR 2020 – 814.043950 Estabilização de Emergência Pós-Incêndio Serpins (União de Freguesias de Mortágua, Cortegaça e Almaça, Freguesia Sobral, Freguesia Marmeleira), apresentada à Medida 8.1.4 Restabelecimento da Floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **10.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----**

#### **10.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----**

##### **10.1.1.-Aquisição de terreno a Cabeça de Casal da Herança de Celso Castanheira Matos e Sousa:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 2/04/2014 a Câmara Municipal concedeu poderes ao Presidente da Câmara para desenvolver as diligências necessárias com vista à aquisição das parcelas de terreno necessárias à execução das obras de ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, conforme Plano de Pormenor aprovado na sessão ordinária de 30/12/2010 da Assembleia Municipal de Mortágua e tornado público pelo Aviso 4620/2011, publicado no Diário da República 2ª. Série, nº. 32, de 15 de fevereiro.-----

-----Para possibilitar a obra de ampliação será necessário adquirir a Cabeça de Casal da Herança por óbito de Celso Castanheira de Matos e Sousa, com o NIF 704760290, duas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

parcelas de terreno:-----

-----Parcela 1- com a área de 806,00 m<sup>2</sup>, situado em Lameiro, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 8365, com as confrontações: Norte – Elisio Sousa Castanheira; Sul — Alexandre Cancela de Abreu ; Nascente – Estrada ; poente - Alexandre Cancela de Abreu.-----

-----Parcela 2 - com a área de 428,00 m<sup>2</sup>, situado em Lameiro, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 8368, com as confrontações: Norte – José Marques da Silva; Sul — Lino Mendes ; Nascente – Estrada ; poente - Alexandre Cancela de Abreu.-----

-----Tendo em vista a sua aquisição por via do direito privado que constitui a fase pré-expropriativa conforme se estabelece no artigo 11º. do Código das Expropriações foi elaborado Relatório de Avaliação por Perito da Lista Oficial do Tribunal da Relação de Coimbra, aprovado em Reunião de Câmara de 05/11/2014, que estabeleceu o valor de um euro e cinquenta cêntimos (1,50 €) o metro quadrado.-----

-----A Câmara em reunião de 5/08/2015 deliberou, face ao valor metro quadrado pago (3,00€) pelos terrenos confinantes destinados ao mesmo fim, solicitar novo Relatório de Avaliação dos terrenos abrangidos pelo Plano de Pormenor ao Perito da Lista Oficial de Tribunal da Relação de Coimbra, tendo deste modo sido aprovado na Reunião de Câmara de 2/09/2015 novo Relatório de Avaliação dos Terrenos que integram a área do Plano de Pormenor.-----

-----Deste modo no seguimento da negociação efetuada com o proprietário acima identificado por via do direito privado em conformidade com o disposto no artigo 11º. do Código das Expropriações aprovado pelo Decreto-Lei nº. 168/99, de 18 de setembro, foi celebrado um acordo de compra e venda da referida parcela de terreno pelo valor de 3,00€ o metro quadrado.-----

-----Assim, proponho que a Câmara, ao abrigo da alínea g) do nº. 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibere adquirir ao proprietário acima identificado as parcelas de terreno com a área de 806,00 m<sup>2</sup>, e de 428,00 m<sup>2</sup> situadas em Lameiro na União das



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente respetivamente aos prédios rústicos inscritos na matriz predial respetivamente sob os artigos 8365 e 8368, com as confrontações supra referidas, pelo valor de três euros (3,00€), o metro quadrado, perfazendo o valor total de três mil setecentos e dois euros (3.702,00 €).-----

-----Que o título da aquisição – escritura pública- seja outorgado junto do Notário, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias.”.-----

-----Mais informou que a aquisição de terrenos para a Ampliação do Parque Industrial se encontra inscrito nas GOP para 2018, no objetivo 08 – Desenvolvimento Económico, Programa 003- Expansão da Zona Industrial, Projeto 2014/25 Aquisição de Terrenos e cabimentado na rubrica orçamental 07 0101 – Aquisição de Terrenos.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a aquisição, ao Cabeça de Casal da Herança por óbito de Celso Castanheira de Matos e Sousa, com o NIF 704760290, de duas parcelas de terreno com a área de 806,00 m2, e de 428,00 m2 situadas em Lameiro, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente respetivamente aos prédios rústicos inscritos na matriz predial respetivamente sob os artigos 8365 e 8368, com as confrontações supra referidas, pelo valor de três euros (3,00€), o metro quadrado, perfazendo o valor total de três mil setecentos e dois euros (3.702,00 €).-----

### **10.1.2.-Abertura do Procedimento da 5ª. Hasta Pública para Venda dos Lotes da 1ª. Fase Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----**

----Pelo Senhor Presidente foi presente o Regulamento da 5ª. Hasta Pública para Venda dos Lotes n.ºs. 2, 3 e 7 do Loteamento da 1ª. Fase do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Ferreira, de propriedade do Município, sito na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, e que se encontra inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua sob o artigo P 3087, cujos lotes respetivas áreas e preços base de licitação estão identificados no artigo 2º. e artigo 4º. do Regulamento, que se dá aqui por integralmente reproduzido e que fica apenso à ata da presente minuta.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O Senhor Presidente mais propôs, para efeitos do cumprimento do nº. 3 do artigo 10º. do Regulamento da Hasta Pública para venda de lotes do Loteamento da 1ª. Fase do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, que a Comissão da Hasta Pública seja constituída por:-----

-----Presidente – Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara;-----

-----Vogais: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador e Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão;-----

-----Suplentes: Drª. Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior e Engº. Luís Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior;-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar à abertura do procedimento da Hasta Pública, o Regulamento e a constituição da respetiva Comissão.-----

### **10.2.-COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA:-----**

#### **10.2.1.-Candidatura ao Programa Valorizar da Ecovia do Mondego de Prolongamento da Ecopista do Dão:-----**

----Pelo Senhor Presidente foi presente o e-mail da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra, datado de 5/03/2018, através do qual dá conhecimento da aprovação condicionada da candidatura do Projeto “Ecovia do Mondego de Prolongamento da Ecopista do Dão, apresentada no âmbito da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, tendo sido concedido um financiamento de natureza não reembolsável, no montante de oitocentos e setenta e seis mil seiscientos e onze euros (876.611,00 €), com um investimento total de novecentos e setenta e quatro mil e doze euros (974.012,00 €) e um investimento elegível de igual montante.-----

-----A decisão ficou condicionada nos seguintes termos:-----

-----Cabimento orçamental do programa, a assegurar pelo Turismo de Portugal;-----

-----Apresentação de declaração de compromisso da CIM da região de Coimbra em como o projeto nos municípios que abrangem a Ecovia do Mondego será executado com ligação deste Ecopista do Dão;-----

-----Apresentação, até à celebração do contrato, de comprovativo de autorização para a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

construção da ciclovia nos troços em que se verificar a necessidade de atravessamento de propriedade privadas ou, caso se verifique, que os mesmos foram objeto de expropriação;-----

-----Apresentação, até à data do contrato, dos pareceres de aprovação favoráveis, nomeadamente, pelas entidades a quem os mesmos foram solicitados, isto é, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Infraestruturas de Portugal e a EDP;-----

-----Por fim, em sede de contrato irá constar a condicionante, a ser verificada em fase de execução final, relativa à disponibilização da informação sobre a Ecovia, de acordo com os “requisitos de caracterização dos percursos de Cycling & Wlking” disponibilizados pelo Turismo de Portugal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **10.2.2.-Projeto nº. CENTRO – 03-5266 – FSE – 000017| Atividade 6 – Aprende com a tua Região:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o email, datado de 20/02/2017, da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra, através do qual dá conhecimento que na Atividade 6 – Aprende com a tua Região, encontra-se previsto um valor base trezentos e sessenta e sete mil setecentos e trinta e seis euros e oitenta e quatro euros (367.736,84 €) para a realização de duas (2) visitas de estudo aos locais sinalizados no Catálogo de Pontos de interesse para os Ensinos Básico e Secundário da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, procurando abranger cerca de noventa mil quatrocentos e sessenta e quatro (90 464) alunos (dados de 2013/2014) até 2019.-----

-----Atendendo ao disposto na atual redação do Código dos Contratos Públicos, e tendo em consideração os valores base a concurso, este trata-se de um concurso internacional, com visto Prévio do Tribunal de Contas.-----

-----Tendo em vista a celeridade do processo e as métricas contratualizada, atendendo a que em caso de reprogramação em termos de cronograma é possível a abrangência de dois anos letivos conforme o constante na candidatura, propõe que esta ação seja realizada pelos Municípios, sendo os valores atribuídos por base o número de alunos do ensino básico e secundário dos seus estabelecimentos e que se encontram referenciados no Projeto nº.





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

CENTRO – 03- 5266-FSE-000017.-----

-----Refere ainda que esta medida, dado que a alteração do promotor não conflitua em nada com os objetivos da mesma, as especificidades, experiências e conhecimentos locais potenciarão os ganhos na sua implementação.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar que a ação seja realizada pelo Município.---

### **11.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:**-----

#### **11.1.-REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE:**-----

##### **11.1.1.- Aquisição de Terreno de Maria Margarida Martins Portugal:**-----

-----O Senhor Presidente informou da necessidade de se proceder à aquisição de terreno para a implantação do projeto de “Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percorso Pedestre em Mortágua entre Ponte do Barril e o Parque Verde” apresentando para o efeito o Relatório de avaliação elaborado pelo Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos.-----

-----Identificação da Proprietários:-----

-----Maria Margarida Martins Portugal de Abreu com o NIF 152 746 420 –, residente na Rua Dr. António Marques da Costa nº. 465, Tondela;-----

-----Prédio inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 9661, com a área de 1.240 m2.-----

-----confrontações do Prédio: Norte – José Fernandes Abreu; Sul – Ribeira; Nascente – Arménio Gomes; Poente – Ribeira.-----

-----Localização do Prédio: Lavadouras, União de Freguesia Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça.-----

-----De acordo com o relatório de avaliação o valor do terreno é mil oitocentos e sessenta euros (1.860,00 €), sendo a um euro e cinquenta cêntimos (1,50 €), o metro quadrado.-----

-----Assim o Senhor Presidente propôs que se adquirisse o prédio acima identificado pelo valor de mil oitocentos e sessenta euros (1.860,00 €), considerando o Relatório de Avaliação



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do mesmo.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita no orçamento na rubrica 070301 – Aquisição de terrenos e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 010 Defesa do Meio Ambiente, Projeto 002 Recuperação, Manutenção e Requalificação de Ribeiras, no projeto 2014/40-Aquisição de terrenos.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade adquirir o prédio acima identificado pelo valor de mil oitocentos e sessenta euros (1.860,00 €), considerando o Relatório de Avaliação do mesmo.-----

### **12.-ADMINISTRAÇÃO:**-----

#### **12.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018**

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – zero euros (0,0 €);-----

-----Anulação despesas de capital – zero euros (0,0€);-----

-----Reforço despesas correntes – quarenta e oito mil euros (48.000,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – quarenta e oito mil euros (48.000,00 €);-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada nos serviços de contabilidade.-----

#### **12.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----**

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número do 1 do 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de Financiamento definido – quinze mil euros (15.000,00 €);-----

-----Reforço de Financiamento não definido – quinze mil euros (15.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada nos serviços de contabilidade.-----

### **12.3.-PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL A EMPRESAS RECONHECIDAS COM O PRÉMIO PME EXCELÊNCIA/LIDER 2016, 2017:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que o Regulamento em vigor para Atribuição de Medalhas Municipais prevê, no seu artigo 6º. que se distinga com a atribuição da Medalha de Mérito Municipal pessoas individuais ou coletivas, de cujos atos resulte aumento do prestígio do Município de Mortágua, melhoria das condições de vida da população ou contribuições relevantes nos campos da ciência, do ensino, da sua cultura, da arte do desporto ou da solidariedade social.

-----Considerando que a Medalha de Mérito Municipal é de Ouro ou de Prata ou de Cobre, conforme o valor atribuído aos atos praticados.-----

-----Considerando que é da competência da Assembleia Municipal aprovar, por deliberação maioritária de todos os seus membros em efetividade de funções, mediante, proposta da Câmara da atribuição da Medalha de Mérito Municipal.-----

-----Considerando que a medalha deverá ser entregue em cerimónia pública e solene e sendo o Feriado Municipal o dia mais apropriado para uma cerimónia desta natureza.-----

-----Proponho que seja atribuída a medalha de mérito municipal às seguintes empresas implantadas no Concelho galardoadas com o Prémio PM LIDER 2016/2017, e PME Excelência que tem contribuindo para o desenvolvimento económico-social do Município, reconhecendo-se deste modo o seu mérito e esforço num período de grande crise económica que o País atravessa: DMCAR,Ldª. e Floresta Jovem, Ldª., Penatir, Ldª.”-----

-----A Câmara deliberou, por escrutínio secreto, aprovar por unanimidade a proposta e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de abril.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **12.4.-PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE BONS SERVIÇOS A FUNCIONÁRIOS DA AUTARQUIA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que o Regulamento em vigor para Atribuição de Medalhas Municipais prevê, no seu artigo 10º. que os trabalhadores municipais que tendo servido o Município durante um período superior a 20 anos, e que se tenham distinguido no desempenho das suas tarefas, assiduidade, zelo e dedicação ou por outros motivos que dignificam a função, sejam agraciados com a Medalha de Bons Serviços.-----

-----Considerando que a Medalha de Bons Serviços é de Ouro ou de Prata ou de Cobre, conforme o valor atribuído aos atos praticados.-----

-----Considerando que é da competência da Câmara Municipal, por proposta do seu Presidente a atribuição da Medalha de Bons Serviços.-----

-----Considerando que foi instituída a atribuição daquela Medalha e que existem alguns funcionários do quadro da Autarquia que reúnem condições para serem agraciados, e que se deve continuar esta iniciativa no Feriado Municipal.-----

-----Proponho que sejam agraciados com a Medalha de Ouro de Bons Serviços, os trabalhadores:-----

-----António de Oliveira Carpinteiro, Assistente Operacional, área de atividade cantoneiro de vias;-----

-----Carlos Alberto Ferreira Lourenço, Assistente Operacional, área de atividade pedreiro;-----

-----Filipe Oliveira Afonso de Sousa, Assistente Operacional, área de atividade de canalizador.-----

-----A Câmara deliberou, por escrutínio secreto e separadamente, deliberou por unanimidade a proposta do Senhor Presidente.-----

-----  
-----  
-----  
-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **12.5.-REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 3/01/2018, PONTO 8.1. - PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PROMOVIDO PELA CIM-RC PARA ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS:-----**

-----Considerando que:-----

-----Em Reunião de Câmara de 3/01/2017 foi tomada a decisão de contratar através da abertura do procedimento por ajuste direto, tendo em vista o “Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários (CIMRC-AQ 01/15), promovido pela CIM-RC.-----

-----O procedimento era para vigorar pelo período de 3 anos, com início de 1 de março de 2018 e terminus a 28 de fevereiro de 2021.-----

-----Foi cabimentado os valores a adjudicar na Rúbrica Orçamental 02 02010202 - “Gasóleo”, e 020100201 “Gasolina”.-----

-----Em cumprimento à decisão tomada deveriam ser convidados na consulta a desenvolver pelo Município de Mortágua para apresentação de proposta, considerando que existem na área do Município de Mortágua, a entidades: BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. (NIPC 500 194 670); Petróleos de Portugal - PETROGAL, S. A. (NIPC 500 697 370).-----

-----Após a tomada da deliberação na Reunião de Câmara de 03/01/2018 constatou-se que com a entrada em vigor do Dec. Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto, que veio alterar o Código dos Contratos Públicos não se poderia consultar 2 entidades a apresentar proposta, uma vez que o procedimento de ajuste direto no âmbito do acordo quadro obriga à escolha de uma única entidade já selecionada pelo concurso público do acordo quadro. -----

-----Assim, considera-se inadequada a deliberação tomada no ponto 8.1. da ata da reunião de Câmara de 3/01/2018, sendo que decisão de revogação da decisão de contratar e a subsequente decisão de abertura de novo procedimento compete ao órgão competente para a decisão de contratar, no caso, a Câmara Municipal, ( artº.79º. 80º do CCP).-----

-----Deste modo, o Senhor Presidente propôs a revogação da deliberação da Reunião de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Câmara de 3/01/21018, PONTO 8.1. - PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PROMOVIDO PELA CIM-RC PARA ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS e a anulação do respetivo cabimento existente.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a revogação da deliberação da Reunião de Câmara de 3/01/21018, PONTO 8.1. - PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PROMOVIDO PELA CIM-RC PARA ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS e a anulação do respetivo cabimento existente, entendendo que procedimento mais adequado para o fornecimento em causa é o de concurso público.-----

### **12.6.-PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA PARA ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS:-----**

-----O Senhor Presidente apresentou à Câmara a proposta, do seguinte teor:-----

-----“Considerando a deliberação tomado no ponto anterior e tornando-se necessário proceder à abertura de procedimento para adjudicação do fornecimento de gasóleo e gasolina por, cartão eletrónico, pelo período de três anos, estimando-se o valor da despesa a efetuar em cerca de 349.000,00€, sem IVA incluído, apurado em referência aos últimos 3 anos.-----

----- Proponho que a Câmara aprove:-----

-----1.-A decisão de contratar através do procedimento de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do artigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto, vulgo Código dos Contratos Públicos, para adjudicação do fornecimento de combustíveis (gasóleo e gasolina), por cartão magnético, sendo o preço base do procedimento de 349.000,00 €, sem IVA incluído.-----

-----2.-O respetivo Processo de Concurso (Anúncio, Programa do Procedimento e Cadernos Encargos) nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 40.º, do Código dos Contratos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Públicos.-----

-----3.-Que, de acordo com o número 1, do artigo 67.º, do Código dos Contratos Públicos, o Júri do presente procedimento seja constituído pelos seguintes elementos:-----

-----Presidente: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador.-----

-----Vogal: Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão.-----

-----Vogal: Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico, que desempenhará as funções de vogal e gestor do procedimento.-----

-----Membros suplentes: Engº. Arnaldo Duarte Araújo Borges Ferreira, Chefe de Divisão; Drª. Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior.-----

-----3.- Nos termos do disposto no número 2, do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos, delegar no Júri competências de proceder a toda a tramitação processual que venha a ser nesse âmbito necessária, nomeadamente proceder à resposta aos esclarecimentos, bem como a proceder à tramitação processual de eventuais impugnações administrativas que venham a ocorrer no decorrer do mesmo.-----

-----4.-A despesa foi cabimentada nas Rúbrica Orçamental 02 02010202 - “Gasóleo”, e 020100201 “Gasolina” respetivamente sob o número de cabimento 987/2018 e 988/2018, sendo que contemplam, na informação de cabimento para anos seguintes, nos anos de 2018,2019,2020 e 2021 a parte dos valores considerados para os referidos anos, face às quantidades dos materiais, ao período de vigência do procedimento e aos preços estimados para os mesmos, devendo-se, aquando da celebração do contrato, proceder às correções dos valores dos respetivos cabimentos para os valores a adjudicar, sendo que os seus dados se resumem com IVA incluído à taxa legal: Gasolina: Ano de 2018 (4 meses) – 966,68 €; Ano de 2019 – 2.900,00 €; Ano de 2020 – 2.900,00€; Ano de 2021 (8 meses) - 1.933,32 €.-----

-----Gasóleo: Ano de 2018 (4 meses) – 46.730,00 €; Ano de 2019 – 140.190,00 € ; Ano de 2020 – 140.190 €; Ano de 2021 (8 meses) - 93.460,00 €.-----

-----Mais proponho: Nos termos das disposições conjugadas do artigo 24.º e nas alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que a Câmara aprove:-----

-----Submeter à Assembleia Municipal, a prévia autorização para a repartição dos encargos, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2018, 2019, 2020, 2021, no âmbito da abertura do procedimento por concurso publico para o Fornecimento de combustíveis pelo período de 3 anos que totalizando o montante de 429.270,00 €, com IVA incluído para os seguintes anos económicos e da seguinte forma:-----

-----Gasolina: Ano de 2018 (4 meses) – 966,68 €; Ano de 2019 – 2.900,00 €; Ano de 2020 – 2.900,00 €; Ano de 2021 (8 meses) - 1.933,32,00 €-----

-----Gasóleo: Ano de 2018 (4 meses) – 46.730,00 €; Ano de 2019 - 140.190,00 €; Ano de 2020 – 140.190,00 €; Ano de 2021 (8 meses) - 93.460,00 €”-----

-----A Câmara, por unanimidade, deliberou:-----

-----1.- A decisão de contratar através do procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para adjudicação do fornecimento contínuo de combustíveis (gasóleo e gasolina), por cartão magnético.-----

-----2.- Aprovar o respetivo Processo de Concurso (Anuncio, Programa do Procedimento e Caderno de Encargos).-----

-----3.- Aprovar a constituição e delegação de competências do Júri para o presente concurso, nos termos propostos. -----

-----4.- Submeter a presente e proposta à Assembleia para autorizar a repartição da despesa e do respetivo compromisso plurianual, inerente à abertura de procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, tendo em vista o fornecimento contínuo de combustíveis ( gasóleo e gasolina), por cartão magnético.-----

----- Mais foi deliberado por unanimidade, nos termos do artigo 28.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, requerer ao Presidente da Assembleia Municipal a convocação de uma sessão extraordinária deste órgão para a apreciação e aprovação deste assunto.-----

**12.7.-TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE AVEIRO – UNIDADE ORGÂNICA 1- PROC.º 137/18. OBEAVR – Autor: Prioridade – Construção de Vias de**





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **Comunicação, Ld<sup>a</sup>.; Réu; Município de Mortágua:-----**

-----No seguimento do processo acima referido pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte informação:-----

-----“EMPREITADA: Beneficiação da Ex EN. 228 no troço do Alto da Felgueira ao limite do concelho e da EM 591 entre Cercosa e limite do concelho - Trabalhos a mais e imprevistos.---

-----A presente empreitada foi adjudicada, pelo valor de 198.96,27€, à firma Prioridade, SA através da deliberação de Câmara de 03 de Julho de 2013 e consignada a 19 de Agosto de 2013.-----

-----Em 29 de Dezembro de 2014 foi elaborado e assinado o auto de vistoria e receção provisória.-----

-----Em 29 de Dezembro de 2014 foi elaborada a conta final da empreitada através da qual se pode constatar que os trabalhos contratuais foram executados na sua totalidade e pagos.-----

-----Em 29 de Setembro de 2017, veio o empreiteiro enviar duas faturas referentes à execução de trabalhos a mais no valor de 57.845,11€.-----

-----Em 12 de Dezembro de 2017, as faturas foram devolvidas ao empreiteiro através do ofício 3737.-----

-----Esta devolução teve como suporte a informação administrativa e não técnica, prestada pelo coordenador técnico a qual consta no respetivo processo administrativo da empreitada.---

-----Em 27 de Fevereiro de 2018 deu entrada nos serviços uma citação por carta registada do Tribunal Administrativo de Aveiro referente ao processo 137/18.OBEAVR, em que é autor a Prioridade, SA e o réu o Município de Mortágua.-----

-----Esta ação administrativa contra o município tem como base o não pagamento do valor dos trabalhos a mais na empreitada.-----

-----Resumidamente, a Prioridade exige o pagamento de 57.845,11€ da execução dos trabalhos a mais e imprevistos e de 1.115,70€ de juros de mora.-----

-----Pelo historial da empreitada e verificada toda a documentação processual, constata-se através do livro de obra que efetivamente foram executados trabalhos a mais, mas que nunca foram formalizados pelo órgão competente para o efeito, sendo no presente caso a Câmara Municipal. Estas quantidades de trabalhos a mais apresentados pelo empreiteiro não foram



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aceites pela fiscalização, apesar de nada constar por escrito que comprove essa recusa.-----

-----Tendo em consideração a ação movida contra o município e comprovada pela própria fiscalização que foram executados trabalhos a mais, sem prejuízo desta não concordar com as suas quantidades, foi solicitado ao empreiteiro uma reunião conjunta de forma que se chegasse a um acordo.-----

-----Essa reunião teve lugar no dia 21 do corrente, tendo ambas as partes concluído o seguinte acordo.-----

-----1-O município pagará ao empreiteiro, Prioridade, SA, a importância de 32.515,61€, sem IVA, pela realização dos trabalhos a mais constantes do mapa de medições. Estes trabalhos são da mesma natureza e a preços contratuais.-----

-----2- O pagamento será efetuado, no prazo de 15 dias, após a aprovação dos trabalhos a mais e imprevistos por parte da Câmara.-----

-----3- O empreiteiro apresentará a desistência da ação junto do Tribunal Administrativo de Aveiro.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por maioria com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipes.-----

-----1.- Considerando que a ordem de execução dos trabalhos a mais, foi efetuada por um órgão sem competência para o efeito, tornando-se um ato nulo, ratificar, nos termos do nº3 do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo, a execução dos trabalhos a mais e imprevistos.-----

-----2.- Aprovar as condições do acordo celebrado entre ambas as partes.-----

-----3.- Autorizar a despesa dos trabalhos a mais, cuja no valor de 32.515,61€, sem IVA incluído. A despesa foi cabimentada e compromissada com os números 19544 e 20361, respetivamente.-----

-----Os Vereadores eleitos pelo PS fizeram a seguinte declaração de voto: “Independentemente dos trabalhos que tenham sido executados, o preceito legal que deveria ter sido feito era a apresentação de uma proposta para a execução de trabalhos a mais, que deveria ser aprovada pelo órgão competente e comunicada a ordem da sua execução ao empreiteiro.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Não estando no executivo na altura em que foram executados os trabalhos em causa não podemos assumir uma responsabilidade que não tivemos”.-----

-----Os Vereadores eleitos pelo PPD/PSD justificaram a sua votação favorável tendo em consideração a informação do Chefe da Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, datada de 20/03/2018, que reconhece que os trabalhos foram executados.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara fundamentou a sua votação na informação do Chefe da Divisão e Conservação do Território, datada de 20/03/2018, que confirma a execução dos trabalhos na empreitada de acordo com os valores agora apresentados.-----

-----Por último e para que esta deliberação se torne, desde já, eficaz, deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, proceder à sua aprovação em minuta, nos termos e como preceitua o n.º 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

### **12.8.-COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO – VALIDAÇÃO DE REPOSTE DE DANOS EM EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA MUNICIPAIS DECORRENTES DOS INCÊNDIOS DE OUTUBRO NA REGIÃO CENTRO:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência DCTF 495/18, de 09/03/2018, da Comissão de Coordenação da Região Centro a informar que o reporte apresentado pelo município se encontra em conformidade com eventuais auxílios financeiros de emergência municipal, ascendendo a um valor de despesa elegível prevista de novecentos e sessenta e oito mil quatrocentos e dez euros (968.410,00 €), subdividida nos seguintes termos:-----

-----i.- Reparação de estradas municipais (reparação de rede viária): setecentos e catorze mil quatrocentos e noventa euros (714.490,00 €);-----

-----ii.-Segurança rodoviária (sinalização, proteções/guardas metálicas e marcações): sessenta mil seiscentos e sessenta e nove euros (60.669,00 €);-----

-----iii.-Intervenção em edifícios municipais: vinte e cinco mil euros ( 25.000,00 €);-----

-----iv.-Equipamento urbano complementar: zero euros (0,00 €);-----

-----v.-Equipamento municipais de lazer: zero euros (0,00 €);-----

-----vi.-Infraestruturas de saneamento básico: cento e seis mil euros (106.000,00 €);-----

-----vii.-Equipamento pesado de apoio ao combate a incêndios (utilização): quarenta e quatro mil novecentos e quinze euros (44.915,00 €);-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----viii.-Outros: dezassete mil trezentos e trinta e seis euros (17.336,00 €).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **12.9.-FUNDO PARA O SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES – PROJETO DE PLANO DE ATIVIDADE 2018:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o email, datado de 16/03/2018, do IM/Fundo de Transportes, informando que a Portaria nº. 359-A/2017, de 20 de novembro, procedeu à criação e regulamentação do Fundo para o Serviço Público de Transporte (FST), que se destina a auxiliar o financiamento das autoridades de transportes.-----

-----De acordo com o previsto na alínea b) do nº. 2 do artigo 4º. do Regulamento do Fundo para o Serviço Público de Transportes, os planos de atividades são aprovados pelo Governo após consulta prévia às autoridades de transporte beneficiárias.-----

-----Assim, junto remete o projeto de "Plano de Atividades do FST" para o ano de 2018, para que, querendo o Município se possa pronunciar sobre o mesmo, remetendo as sugestões ou observação consideradas pertinentes, no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data de envia desta comunicação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **12.10.-PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TITULARIDADE DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS Nº. 5,6 E 7 DO MERCADO MUNICIPAL:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Mauro Filipe de Abreu, na qualidade de sócio gerente da Patentatidade, Lda., com sede na Av. Dr. Assis e Santos, Mortágua, a requerer, na qualidade de titular do direito de ocupação das lojas nº.5, 6 e 7 do Mercado Municipal, com a actividade cafetaria e snak bar, autorização para a cedência da transferência de titularidade do contrato do referido direito de ocupação para a Virtuousbalance, Lda., NIF 514826614, conforme dispõe a alínea c), do artigo 15º. do Regulamento do Mercado Municipal.-----

-----Justifica que o pedido se deve pelo motivo da atividade neste momento não estar a ter o retorno económico expetável, o que tem dificultado o cumprimento das obrigações com fornecedores e o prazo para pagamentos da renda mensal à Câmara Municipal e também a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

alguns problemas de saúde seus e com um familiar, uma vez que é o único trabalhador fixo do estabelecimento, tendo acumulado um excessivo número de horas de trabalho principalmente no período noturno.-----

-----A que acresce o património florestal do agregado familiar foi muito afetado pelo fogos ocorridos em junho e em outubro, e tem de ajudar o pai no corte e limpeza do mesmo.-----

-----Assim, irá encerrar a atividade da referida sociedade por dificuldade de acompanhamento da aludida atividade.-----

-----Foi também presente a declaração subscrita pelos sócios gerentes da empresa Virtuousbalance, Lda. contribuinte nº. 514826614, David Moreira Mendes, NIF 248203460 e Tiago Jorge Mira Mendes, NIF 211850888, em que declaram interesse na exploração das lojas 5 e 6 do Mercado Municipal onde funciona um estabelecimento de bebidas e caso lhe seja cedida a mudança de titularidade do contrato acima referido, dará a continuidade ao ramo de atividade que vem sendo desenvolvida no espaço em causa, cumprindo todas as normas do Regulamento do Mercado Municipal e outras aplicáveis.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e considerando que a pretensão se pode enquadrar na alínea c) do artigo 15º. do Regulamento do Mercado Municipal, deliberou por unanimidade autorizar a cedência da transferência de titularidade do contrato do referido direito de ocupação para a Virtuousbalance, Lda., considerando que declarou dar a continuidade ao ramo de atividade que vem sendo desenvolvida no espaço em causa, cumprindo todas as normas do Regulamento do Mercado Municipal e outras aplicáveis.-----

### **13.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:**-----

#### **13.1.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2016/208, DE CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO E ALTERAÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO, NA RUA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS, Nº. 1, MOITINHAL, FREGUESIA DE PALA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2016/208, em nome Agostinho Pedro Simões Rodrigues, residente em Nossa Senhora dos Remédios, Moitinhil, Pala, referente à construção nova e alteração - barracão e Muro de vedação, sito na Rua Nossa Senhora dos Remédios, nº. 1, Moitinhil, Pala, com vista à declaração de caducidade daquele



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

processo de operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 03/01/2018, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, foi notificado através do ofício referência 129, de 18/01/2018, o requerente Agostinho Pedro Simões Rodrigues, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de dez (10) dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2013/267, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 51/2014, cujo término (última prorrogação) ocorreu em 07/08/2017, ao abrigo do disposto na alínea d), do n.º 3, do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJEU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----Conforme o despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 15/02/2018, veio o requerente através de requerimento, datado de 23/1/2018, solicitar a prorrogação da licença de obras n.º 16/2017, por três (3) meses, e atendendo ao parecer técnico, datado de 05/02/2018, exarado no processo, os motivos invocados, e que a pretensão se subsume ao estatuído no n.º 5 do artigo 58º. do RJEU, foi esta sido deferida.-----

-----Assim considerando que o requerente procedeu à legalização da obra através da prorrogação do respetivo licenciamento, propõe-se que a Câmara Municipal determine a extinção do processo por inutilidade superveniente da deliberação de intenção de caducidade do processo n.º 01/2013/267, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 51/2014, de tomada na Reunião de Câmara de 3 de janeiro 2018, nos termos do número 1, do artigo 95º. do CPA, com subsequente arquivamento do processo. Deve notificar-se a requerente do teor da presente deliberação .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade determinar a extinção do processo por inutilidade superveniente da deliberação de intenção de caducidade do processo n.º 01/2013/267, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 51/2014, de tomada na Reunião de Câmara de 3 de janeiro 2018, nos termos do número 1, do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

artigo 95º. do CPA, com subsequente arquivamento do processo, devendo notificar-se a requerente do teor da presente deliberação.-----

### **13.2.- DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2016/141, DE CONSTRUÇÃO DE ANEXO, NA RUA PRINCIPAL, 54 – SANTA CRISTINA – ESPINHO:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2016/141, em nome Maria Celeste Mano, residente em Rua Principal nº. 54, referente a construção de anexo, sito na Principal, nº. 54, em Santa Cristina, Freguesia de Pala, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 17/01/2018, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, foi notificado através do ofício referência 219, de 31/01/2018, a requerente Maria Celeste Mano, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de dez (10) dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade declarar a caducidade do processo n.º 01/2016/141 que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 52/2016 , cujo término ocorreu a 10/04/2017.-----

-----De acordo com a informação da gestora do processo datada de 27/02/2018 decorrido o prazo para audiência prévia ao interessado, que terminou a 19/02/2018, o mesmo não se pronunciou nem juntou qualquer elemento ao processo.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere, em conformidade com o disposto no na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, declarar, a título de decisão final, a caducidade do processo n.º 01/2016/141 que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 52/2016, cujo término ocorreu a 10/04/2017, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.--

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, declarar, a título de decisão final, declarar a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

caducidade do processo n.º 01/2016/141 que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 52/2016, cujo término ocorreu a 10/04/2017, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.--

### **13.3.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA DE LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS N.º 01/2015/140, DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE CERCOSA E TRANSFORMAÇÃO EM HABITAÇÃO.**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º 01/2015/140, em nome da Freguesia de Cercosa, referente à Alteração e ampliação do antigo edifício sede da Junta de Freguesia de Cercosa e transformação em habitação, com vista à declaração de caducidade do licenciamento para a realização da operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de ,15/11/2017, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, foi notificado através do ofício refª, 3687 de 29/11/2017, o requerente Freguesia de Cercosa, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de dez (10) dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento da operação urbanística, atendendo a que o requerente não requereu a emissão do alvará no prazo de um ano e sua prorrogação.-----

-----De acordo com a informação da gestora do processo datada de 04/01/2018 decorrido o prazo para audiência prévia ao interessado, que terminou a 20/12/2017, o mesmo não se pronunciou nem juntou qualquer elemento ao processo.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento, com o consequente arquivamento definitivo





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.-----

**13.4.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA DE LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2014/272, DA MORTAGUAFIT, LDª. DE ALTERAÇÃO – ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS COM ESPAÇO COM DANÇA, EM RUA MANUEL LOURENÇO FERREIRA, 1, VALE DE AÇORES:-----**

-----Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalho da presente reunião.-----

**13.5. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº. 101/2018/18, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2017/98, CONSTRUÇÃO NOVA – HABITAÇÃO, (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-:-----**

-----Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalho da presente reunião.-----

**13.6.-PROCESSO Nº. 04/2018/12, DE PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O EDIFÍCIO REGISTADO COM O ARTIGO 234 NA MATRIZ DA FREGUESIA DO SOBRAL ENCONTRA-SE EM RUINAS:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o proc.º n.º 04/2018/12, requerimento n.º 04/2018/101, em nome de Celso Ferraz Lopes, residente na Rue Michel Lents, n.º.43, Betembourg, Luxemburgo a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, sob o artigo 234, sito na Rua da Cancela, Felgueira encontra-se em ruínas.-----

-----O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo conclui que o edifício em causa encontra-se muito degradado não possuindo condições mínimas de utilização.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **13.7.-PROCESSO Nº. 04/2018/13 , DE PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O EDIFÍCIO REGISTADO COM O ARTIGO 683 NA MATRIZ DA FREGUESIA DO SOBRAL ENCONTRA-SE EM RUINAS:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o proc.º n.º 04/2018/1, requerimento n.º. 04/2018/102, em nome de Celso Ferraz Lopes, residente na Rue Michel Lents, n.º.43, Betembourg, Luxemburgo a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, sob o artigo 683, sito na Felgueira encontra-se em ruínas.-----

-----O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo conclui que o edifício em causa encontra-se muito degradado não possuindo condições mínimas de utilização.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

### **13.8.-PROCESSO Nº. 04/2018/14, DE PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O EDIFÍCIO REGISTADO COM O ARTIGO 93 NA MATRIZ DA FREGUESIA DA MARMELEIRA ENCONTRA-SE PARCIALMENTE DANIFICADO SEM CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o proc.º n.º 04/2018/14, requerimento n.º. 04/2018/107, em nome de Manuel Pereira Mortágua Ferreira, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Idalina da Conceição Pereira, residente na Av. Infante D. Henrique n.º. 147, em Vale de Açores, 3450 – 202 Mortágua, a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da Freguesia da Marmeleira, sob o artigo 93 , sito na Rua da Fonte, n.º. 10 em Pinheiro, foi parcialmente danificado pelo incêndio de 15/10/2017, encontrando-se em mau estado de conservação, não possuindo condições de habitabilidade.-----

-----O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo conclui que o edificio existente no local assinalado, foi gravemente danificado pelo incêndio que grassou o Concelho a 15 de outubro de 2017, não possuindo, pois condições de habitabilidade, razão pela qual foi demolido.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

**13.9.-PROCESSO Nº. 04/2018/15, DE PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O EDIFÍCIO REGISTADO COM O ARTIGO 92 NA MATRIZ DA FREGUESIA DA MARMELEIRA ENCONTRA-SE DANIFICADO SEM CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o proc.º n.º04/2018/15, requerimento nº. 04/2018/108, em nome de Manuel Pereira Mortágua Ferreira, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Idalina da Conceição Pereira, residente na Av. Infante D. Henrique nº. 147, em Vale de Açores, 3450 – 202 Mortágua, a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da Freguesia da Marmeleira, sob o artigo 92, sito na Rua da Fonte, nº. 8 em Pinheiro, foi parcialmente danificado pelo incêndio de 15/10/2017, encontrando-se em mau estado de conservação, não possuindo condições de habitabilidade.---

-----O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo conclui que o edifício existente no local assinalado, foi gravemente danificado pelo incêndio que grassou o Concelho a 15 de outubro de 2017, não possuindo, pois condições de habitabilidade, razão pela qual foi demolido.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

**13.10.-PROCESSO Nº. 04/2018/16, DE PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O EDIFÍCIO REGISTADO COM O ARTIGO 620 NA MATRIZ DA FREGUESIA DA MARMELEIRA ENCONTRA-SE PARCIALMENTE DANIFICADO SEM CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o proc.º n.º04/2018/16, requerimento nº. 04/2018/108, em nome de Manuel Pereira Mortágua Ferreira, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Idalina da Conceição Pereira, residente na Av. Infante D. Henrique nº. 147, em Vale de Açores, 3450 – 202 Mortágua, a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da Freguesia da Marmeleira, sob o artigo 92, sito na Rua da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Fonte, em Pinheiro, foi parcialmente danificado pelo incêndio de 15/10/2017, encontrando-se em mau estado de conservação, não possuindo condições de habitabilidade.-----

-----O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo conclui que o edifício existente no local assinalado, foi gravemente danificado pelo incêndio que grassou o Concelho a 15 de outubro de 2017, não possuindo, pois condições de habitabilidade.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

### **13.11.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES :-----**

#### **13.11.1.-De Fernanda Pereira:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os seguintes processos:-----

-----a) nº.10/2018/08 de Fernanda Pereira, residente na Avenida do Reguengo, nº. 52, Cruz de Vila Nova, na qualidade de Cabeça de Casal da herança aberta por óbito de Maria Cilene da Silva, e fazendo parte do acervo hereditário a partilhar o prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho com o artigo 3692 no local denominado “Costa da Fonte Norte” omissa na Conservatória do Registo Predial de Mortágua, com a área 2.500 m2, requer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos da sua adjudicação, em conferência de interessados a realizar na pendência do respetivo inventário da herança a favor dos interessados: José Pereira, casado com Maria Cristina Diogo, sob regime de comunhão de adquiridos, metade (1/2); Maria do Céu da Silva Pereira, casada com José Morgado Simões, sob regime da comunhão de adquiridos, metade (1/2).-----

-----b) nº.10/2018/09 de Fernanda Pereira, residente na Avenida do Reguengo, nº. 52, Cruz de Vila Nova, na qualidade de Cabeça de Casal da herança aberta por óbito de Maria Cilene da Silva, e fazendo parte do acervo hereditário a partilhar ½ do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho com o artigo 4030 no local denominado “Ferrarias”, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua com o nº. 795, com a área 1400 m2, requer a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos da sua adjudicação, em conferencia de interessados a realizar na pendencia do respetivo inventário da herança a favor dos interessados: neto Marco Diogo Rodrigues, solteiro, um quarto ( $\frac{1}{4}$ ); neto Rodrigo Rodrigues Pereira, solteiro, um quarto ( $\frac{1}{4}$ ).--  
-----c) nº.10/2018/10 de Fernanda Pereira, residente na Avenida do Reguengo, nº. 52, Cruz de Vila Nova, na qualidade de Cabeça de Casal da herança aberta por óbito de Maria Cilene da Silva, e fazendo parte do acervo da hereditário a partilhar  $\frac{3}{5}$  do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho com o artigo 4052 no local denominado "Oliveirinha", descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua com o nº. 796, com a área 4000 m2, requere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos da sua adjudicação, em conferencia de interessados a realizar na pendencia do respetivo inventário da herança a favor dos interessados: Graça da Silva Pereira, casada com Fernando Rodrigues Pereira, sob o regime da comunhão de adquiridos, um quinto ( $\frac{1}{5}$ ); Maria Helena Pereira Batista, casada com Manuel Rodrigues Batista, em regime de comunhão geral, um quinto ( $\frac{1}{5}$ ); Albano da Silva Pereira, casado com Maria da Conceição Costa Santos Pereira sob o regime da comunhão de adquiridos.-----  
-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e considerando o Parecer Técnico do Chefe da DPAT deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

### **13.11.2.-De Avelino Gomes:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.10/2018/06 em nome de Avelino Gomes, residente na Rua de São Brás, nº.6, Barril, 3450 -113 Mortágua, na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com o artigo 9331 no local denominado "Valeiro da Telha" omissa na Conservatória do Registo Predial de Mortágua, com a área 1920 m2, requere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do mesmo para efeitos de escritura de doação a favor de: João Gomes Torres de Oliveira, um terço (1/3); Maria da Conceição Costa Pereira, um terço (1/3).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e considerando o Parecer Técnico do Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

### **13.11.3.- De Maria Cristina Martins:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.10/2018/05 em nome de Maria Cristina Martins, residente na Rua Principal, nº.5, Riomilheiro, 3450 – 341 Mortágua, na qualidade de Cabeça de Casal da herança aberta por óbito de Isidro Cordeiro de Jesus, e fazendo parte do acervo hereditário a partilhar o prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia do Sobral com o artigo 2493 no local denominado “Vale da Figueira” omissa na Conservatória do Registo Predial de Mortágua, com a área 2.000 m<sup>2</sup>, requer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de escritura de partilha a favor de: Manuel Martins de Jesus, metade (1/2) e de Maria Dília Martins de Jesus Fonseca, metade (1/2) .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e considerando o Parecer Técnico do Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

### **13.12.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**-----

#### **13.12.1.-Processo nº. 08/2017/4:**-----

-----Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalho da presente reunião.-----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Não se registou a presença de qualquer Município.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

*Rosa Maria Ferreira Breda*

Secretário do Órgão e

pelo Senhor Presidente.-----